

CONSELHEIROS SEM CONSELHO

Raul Pilla

A idéia da criação de um Conselho de Estado, já apresentada em projeto de lei pelo eminente deputado Alomar Baleeiro, é das mais úteis para o aperfeiçoamento das nossas arruinadas instituições políticas. Uma corporação, constituída pelas mais ilustres e experientes personalidades da nossa vida pública, poderia, embora sem força decisória, exercer uma influência benéfica nos destinos do País. Não creio que esta pudesse ser grande, enxertado como seria o novo órgão no atual mecanismo de governo, comprovadamente insensível a todo influxo de opinião, mas nociva nunca poderia ser. Nada impediria, assim, que se fizesse a experiência, enquanto não se realizasse a grande reforma das instituições, a que o projetado órgão se ajustaria melhor. Todo governo, por ser, então, verdadeiramente responsável, teria maior interesse em ouvir a voz da sabedoria e da experiência.

A tal pensamento, porém, não corresponde o projeto de emenda à Constituição, já vitorioso no Senado, que manda adir a esta Casa do Congresso, como senadores vitalícios, os antigos Presidentes da República. A sua verdadeira finalidade, expressa apenas como razão suplementar na justificação do projeto, é «assegurar ao ex-Presidente da República o decôro e a segurança que lhe deve a Nação.»

Não sei se esta razão é democraticamente aceitável. Não me parece indecoroso, antes, pelo contrário, muito digno, que o cidadão volte depois de haver exercido a Presidência, a ser o cidadão comum que era antes de galgá-la. Seria um preconceito aristocrático imaginar que ele se amesquinhasse regressando à situação comum de todos nós. A este respeito, Artur Bernerdes, um dos presidentes mais presidencialistas que já tivemos, deixou-nos uma lição inolvidável: tivemos-lo, depois de haver exercido a magistratura suprema, como simples deputado à Assembléa Constituinte e às legislaturas subsequentes. Apoucou-se ele no conceito dos seus concidadãos? Não; pelo contrário, engrandeceu-se.

Não posso, porém, ignorar o caso doloroso que determinou a

iniciativa. O Presidente Café Filho, que, como observou agudamente o Senador Mem de Sá, foi eleito por seus defeitos e deposto por suas virtudes, ficou em situação dificultosa: além de enfermo, com poucos recursos financeiros — coisa, esta, que somente o pode honrar como homem público. E justo que o procurem amparar. Como? Pelo meio adequado, em uso em todas as democracias: por uma pensão, que, concedida a quem bem mereceu do País, é homenagem, além de justo auxilio.

Esta é a verdadeira solução para este caso e para outros, que se possam apresentar. Para cumprir tal dever de solidariedade social, não é mister de-

formar uma instituição tão harmônica e simétrica, como o Senado, enxertando-lhe senadores vitalícios e sem voto, e conselheiros; que nem formam conselho, onde tenham voz e voto, e nem voz verdadeiramente terão, no seio da numerosa assembléa representativa.

Na realidade, o que se pretende, com o enxerto proposto, é dar aos antigos Presidentes da República as vantagens, apenas as vantagens, dos Senadores, acrescidas, porém, de vitaliciedade.

Isto significa deformar as instituições, já tão precárias, a fim de atender interesses pessoais, embora muito respeitáveis. Outra é a solução.